

**ACTA N.º 5/2011****ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA  
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2011**

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de cinco de Dezembro de dois mil e onze, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);**

**PONTO 3 - Alteração à organização dos serviços municipais;**

**PONTO 4 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2012;**

**PONTO 5 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando a ausência dos senhores Luís Mateus Pereira, Maria Conceição Gomes, Sandra Sequeira, Cátia Santana e Ana Maria Fonseca, existindo, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar com a presença de vinte e quatro membros.

**Período Antes da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta ao plenário que o senhor Luís Paíga desempenharia nesta sessão as funções de segundo secretário da mesa em virtude da ausência de Ana Maria Fonseca. Lembrou às pessoas do público que se encontravam a assistir a esta sessão da forma como, querendo, poderiam intervir no período final reservado ao público, nos termos do artigo 19.º do Regimento desta Assembleia. Deu conta, depois, da correspondência recebida pela Assembleia Municipal e bem, assim, das cópias das missivas que lhe chegaram e que foram enviadas pelos senhores presidentes das Juntas de Freguesia de Castanheiro do Sul e de Vale de Figueira ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, nas quais lhe transmitiram a sua preocupação com a anunciada reforma da administração local.

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O senhor Presidente da Mesa começou por informar que a Assembleia Distrital, da qual faz parte com o senhor António Balça, não reuniu.

Quanto à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça disse nada ter a informar uma vez que esta não reuniu.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter existido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Protecção Civil disse nada ter a informar uma vez que esta não reuniu.

No Conselho Cínegetico Municipal o senhor Adelino Nascimento Lopes disse nada ter a informar uma vez que este não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul o senhor Luís Paíga comunicou que esta não reuniu.

O senhor António Augusto Vicente contou que o Conselho Municipal de Educação, do qual faz parte com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse nada ter a informar uma vez que esta não reuniu entretanto.

O senhor Manuel Martins, do Núcleo Social de Inserção, disse nada ter a informar uma vez que não reuniu.

Quanto à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual fazem parte o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Cordeiro, e os senhores Silva Fernandes e Luís Pereira. Prestou o senhor Silva Fernandes os seguintes esclarecimentos: ter-se realizado a quinta sessão da Assembleia do Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro no dia 15 de Dezembro no Auditório da Quinta do Portal, em Sabrosa, na qual todos estiveram presentes. Nesta sessão foi prestada a habitual informação do Conselho Executivo sobre a atividade da Comunidade, o mapa de pessoal e o orçamento para 2012. O Presidente do Conselho Executivo começou por falar das Comemorações dos dez anos da classificação do Douro Vinhateiro como Património Mundial, da importância desse galardão para a Região e da valorização que a mesma teve neste período de tempo. Ainda no âmbito das comemorações referiu que foi abordada a contestação que tem sido feita à construção da Barragem do Tua, garantindo a parte da barragem que se vê do Douro e está afeta à zona Património Mundial representa apenas um por cento, considerando que se trata de energia limpa e não energia importada poluente. A barragem, diz, pode constituir uma mais valia para o Vale do Douro, sendo um projeto da autoria do Arq.º Souto Moura, tendo o senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. José Viegas, declarado que, se porventura a classificação de Património Mundial viesse a estar em causa, assumiria a sua defesa como responsável político e duriense.

Foi, ainda, apresentada uma proposta para que fosse apresentada uma candidatura do Douro Vinhateiro a Capital da Cultura, que mereceu a aprovação, pelo que a CIMDOURO, irá trabalhar nessa candidatura. Quanto à atividade da CIMDOURO, informou que o executivo tem reunido frequentemente, que continua a discussão com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e os municípios, que no domínio da Proteção Civil, todos os municípios da CIMDOURO foram dotados de equipamentos para a neve. Foi, ainda, abordada a constatação de que na área dos municípios da CIMDOURO se verificou no Censur 2011 uma perda significativa de população, o que constitui grande preocupação da CIMDOURO, pelo que tem reunido com a CCDRN, DREN e IEFP para análise do fenómeno e, eventualmente, criar novas oportunidades de emprego, auto-emprego e uma rede de empreendedorismo. Foi contestada a ideia recente de, no campo do Turismo, este se centrar no Porto, abrangendo todo o Norte, o que não contempla a especificidade DOURO, aventando-se a hipótese de criada a marca DOURO-RIO e REGIÃO. Entende a CIMDOURO que as candidaturas Intermunicipais podem e devem ser apresentadas pelas Câmaras Municipais. Concluiu, dizendo que, apesar dos deputados municipais de S. João da Pesqueira serem dos mais interventivos na Assembleia da CIMDOURO, poderiam sê-lo ainda mais em benefício do concelho, o que nem sempre acontece uma vez que têm reduzida informação sobre os assuntos em desenvolvimento (pelo menos os que se relacionam com o Município), pelo que solicita ao Executivo informação periódica e atempada sobre a atividade da CIMDOURO e os interesses do município de S. João da Pesqueira. Abordou, ainda, a atual conjuntura e a anunciada Reforma da Administração Local, tecendo algumas considerações sobre os resultados disponíveis do último Censur, nomeadamente no que se refere ao concelho de S. João da Pesqueira, integrado no Distrito de Viseu e da realidade nacional, concluindo pelo decréscimo de população face ao Censo de 2001, o que denota uma realidade há muito preocupante e que necessita de ser encarada de frente, sobretudo pelas Reformas anunciadas, a nível do território (agregação de freguesias e de municípios) e da reorganização do poder local (redução de vereadores, redução de dirigentes superiores e intermédios, reorganização interna dos municípios e reforço dos poderes da Assembleia Municipal). Reconhecendo que o concelho se foi mantendo alheado das grandes e profundas alterações na agricultura, há semelhança do País. Hoje S. João da Pesqueira é hoje um concelho sem uma política de desenvolvimento sustentável, com uma gestão do imediato e do curto prazo. Não tendo praias, nem campos de Golfe, nem Centros de Congressos e muito menos um Santuário de Fátima, a Pesqueira ostenta títulos, como o concelho com a maior extensão de território classificado como Património Mundial, o concelho que mais e melhor vinho produz, o concelho com maior extensão de rio Douro, dos quais pouco ou nada tem aproveitado. É, por isso, imperioso e urgente

elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento assente em quatro pilares fundamentais: a AGRICULTURA (não apenas a viticultura ou vitivinicultura), com participação ativa da Câmara no apoio aos agricultores e suas Organizações especialmente as Cooperativas, suporte da maior parte das famílias do concelho, e às quais está reservado um papel fundamental no combate à crise que o País atravessa; a EDUCAÇÃO assumindo papel relevante na dinamização de Contratos de Associação e assumpção de um papel de grande predominância na região do Douro da Escola Profissional (Esprodouro); o PATRIMÓNIO (material e imaterial), na sua defesa, preservação e manutenção nas diversas vertentes (paisagístico, histórico, cultural, gastronómico, religioso etc.); o TURISMO no apoio e parcerias com instituições e organizações diversas públicas e privadas). Este Plano teria como fio condutor a ideia de o Município é a entidade responsável pela gestão do território e pelo bem-estar dos cidadãos que nele vivem ou o visitam. A Reorganização do Território, fundamentalmente com a agregação de freguesias e dos municípios, constituem uma oportunidade única e talvez a última para o concelho de S. João da Pesqueira, recuperar e ganhar o protagonismo que lhe pertence e é devido. Deve, por isso antecipar-se e liderar o processo de reorganização do território para depois de devidamente estudadas e aceites pelas populações serem presentes à Administração Central propostas que correspondendo aos objetivos fundamentais do Governo e que melhor sirvam os interesses das populações.

O senhor Alberto Júlio da Silva Fernandes procedeu, de seguida, a pedido do senhor Presidente da Assembleia, à leitura da acta da reunião ordinária anterior, de cinco de Setembro de dois mil e onze. Tendo-se procedido a duas pequenas correções solicitadas pelo senhor Vítor Monteiro e pelo senhor António José Balça, dizendo o primeiro que a ata deveria refletir que, como disse, sempre se debateu pela redução da taxa de IML, e o segundo tendo requerido que se corrigisse onde se lê "DOC" passasse a ler-se "DOP", tendo de seguida a ata sido aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Adelino Lopes, Eduardo Frederico e Silva Fernandes por não terem estado presentes naquela reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, assim, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo, logo depois, a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Adelino Lopes mostrou a sua preocupação com a anunciada reforma da administração local, temendo que a freguesia a que preside perca o estatuto de freguesia, perguntando ao executivo se delineou ou não alguma estratégia quanto a esta questão.

O senhor Vladimiro da Silva começou por informar o plenário que se havia desvinculado do Partido Socialista e que, de agora em diante, faria parte desta Assembleia como independente. Demonstrou, depois, a sua preocupação quanto ao

assunto da reforma da administração local, dizendo que o executivo teria necessariamente de tomar uma posição e prestar todos os esclarecimentos e auxílio às freguesias.

O senhor Joaquim Monteiro referiu-se aos problemas cada vez mais preocupantes dos viticultores do concelho, considerando que este município, através do executivo, tem a obrigação de tomar a liderança dos municípios do Douro de resolução destes problemas. Considerou errada a decisão da Câmara Municipal de desligar a iluminação pública depois da uma hora da manhã nas freguesias, e não na sede de freguesia, tendo sido preferível encontrar uma solução mitigada que passasse por desligar apenas as luminárias comprovadamente desnecessárias ou, então, fazê-lo de forma intercalar e não total. Finalmente, mostrou-se descontente por verificar que a Câmara Municipal procedeu na sua freguesia à construção de alguns muros sem prévio conhecimento da Junta de Freguesia.

O senhor António Balça referiu-se com preocupação à anunciada reforma da administração local, argumentando saber, por contacto com representantes do Governo, que o Governo não voltará atrás com a reforma, embora os critérios definidos no documento verde para a fusão de freguesias sejam critérios orientadores e não rígidos. Lamentou, também, a decisão da Câmara Municipal em desligar a iluminação pública nas freguesias à noite, referindo exemplos de desperdício energético como é o caso dos holofotes existentes na Igreja da Castanheiro e em funcionamento todas as noites.

O senhor Eduardo Frederico reportando-se à futura reforma da administração local, considerou que esta discussão e resolução dos problemas inerentes deve ser feita de forma aberta e defendendo o interesse dos munícipes, com uma tomada de posição clara por parte do município relativamente à fusão das freguesias. Observou, depois, que a gestão da iluminação deve ser feita de forma sensata, pensada e coerente pela Câmara Municipal. Finalizou a sua intervenção lamentando que as comissões para as quais são designados membros desta Assembleia não reúnam, tendo os membros a obrigação de as interpelar.

O senhor Fernando Pereira quis referir-se, também, à anunciada reforma da administração local e à reestruturação das freguesias, considerando que deveria ser tomada uma posição coletiva nesta Assembleia. Mostrou, de seguida, desconhecer as razões do executivo para proceder ao corte da iluminação pública à uma hora da manhã, requerendo o seu esclarecimento.

O senhor Brites Aguiar, com a justificação de que nas intervenções anteriores foram abordados temas a que iria fazer alusão, prescindiu do seu tempo para usar da palavra.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, depois, a palavra ao senhor António José Balça que apresentou a moção que se encontra anexada a esta

ata e, para os devidos, efeitos dela faz parte integrante, e, por considerar o assunto pertinente e a fim de poder ser discutido e sobre ele se deliberar, o senhor Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário a inclusão na Ordem do Dia do assunto "Discussão e deliberação sobre a constituição de uma comissão ou grupo de trabalho para o estudo da reestruturação das freguesias no âmbito da reforma da administração local", o que foi aprovado por unanimidade.

Antes de passar à discussão e votação da moção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período. Começou por dizer que é também para ela uma preocupação a anunciada reestruturação das freguesias que passará pela fusão das mais pequenas, estando disponível para discutir e trabalhar sobre o assunto. Quanto à iluminação pública, disse que este é um trabalho que estava já há mais de quatro meses a ser elaborado, tendo sido solicitado às freguesias que informassem a Câmara dos pontos de luz desnecessários, a que apenas responderam três freguesias. Informou que foram gastos em 2010 cerca de duzentos e dezoito mil euros energia elétrica e que em Novembro de 2011 esse valor teria sido já ultrapassado. Disse, porém, que esta é uma fase transitória e que o executivo irá brevemente auscultar as freguesias a fim de se determinar as luminárias a manter. Referiu que o executivo está muito empenhado em resolver os problemas dos viticultores e que tem vindo a trabalhar nesse sentido. Quanto à reforma da administração local, congratulou-se com a criação de um grupo de trabalho para o estudo do assunto e garantiu toda a sua disponibilidade e preocupação com a possível fusão de freguesias que, entende, trará custos elevadíssimos às populações, devendo, por isso, traçar-se um caminho que contrarie ou minimize as fusões de freguesias.

Introduzido por unanimidade o assunto "Discussão e deliberação sobre a constituição de uma comissão ou grupo de trabalho para o estudo da reestruturação das freguesias no âmbito da reforma da administração local" na Ordem do Dia, senhor Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia

#### **Período da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o assunto referido assumir-se-ia como Ponto 1, seguindo-se os demais previamente agendados. Assim:

**PONTO 1 – Discussão e deliberação sobre a constituição de uma comissão ou grupo de trabalho para o estudo da reestruturação das freguesias no âmbito da reforma da administração local.**

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Eduardo Frederico concordando com a criação do grupo de trabalho e, referindo-se ao facto de não se

imporem números mínimos de freguesias, dever ser encontrada uma solução que não prejudique as populações.

O senhor Vladimiro da Silva congratulou-se com a criação deste grupo de trabalho esperando que reúna o mais breve possível a fim de começar já a trabalhar.

O senhor Silva Fernandes entende que o grupo de trabalho deve trabalhar da melhor forma e não deve sentir-se pressionado de nenhuma forma.

O senhor Joaquim Monteiro regozijou-se, também, com a formação do grupo de trabalho esperando um trabalho que vá de encontro às necessidades da população das freguesias.

Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

## **PONTO 2 – Apreciação da atividade municipal (anterior Ponto 1)**

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Vladimiro da Silva que começou por questionar o estado dos trabalhos da Rua da Corredoura em Paredes da Beira. Solicitou, depois, esclarecimentos acerca do clube de marcha referido na informação do senhor presidente. Mais disse ser urgente a marcação do piso da estrada municipal que liga Paredes a Penela da Beira.

De seguida o senhor Joaquim Monteiro referiu-se ao serviço Wireless disponibilizado pelo município na sua freguesia que é pautado frequentemente por falhas de rede e falta de cobertura total.

O senhor António Vicente reportou-se igualmente ao serviço Wireless disponibilizado pelo município aludindo à deficiente cobertura de toda a freguesia.

O senhor António Bastos mencionou, também, que o serviço Wireless na sua freguesia não tem cobertura total. Depois, disse ter verificado que a faixa de rodagem da nova zona industrial lhe parece muito estreita ao trânsito de pesados que terá de suportar.

Concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal pronunciou-se dizendo que os trabalhos na Rua da Corredoura em Paredes se encontram atualmente parados mas que apenas falta a construção dos muros. Destacou a criação do clube da marcha e os benefícios para a população de todas as idades, dizendo que está a ser divulgado pelo concelho. Disse saber de casos pontuais e isolados de falta de cobertura ou falhas na rede Wireless e que agradecia a sua comunicação aos serviços da Câmara Municipal. Confirmou que as marcações da estrada Paredes – Penela deve ser reavivada, o que está a ser avaliado. Quanto à dimensão da faixa de rodagem da zona industrial informou que esta tem nove metros de largura, o que considera ser suficiente, estando, aliás, de acordo com o projeto.

O senhor Joaquim Monteiro pediu novamente a palavra para dizer que considera, também, que a faixa de rodagem da zona industrial será muito estreita para as necessidades de circulação futuras.

O senhor Vladimiro da Silva retomou a sua intervenção, considerando preocupante a situação financeira do município plasmada na informação.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a situação financeira deficitária atual se deve ao pagamento recente de fatura da beneficiação da estrada municipal Espinho – Várzea, faltando, ainda, receber algumas quantias do QREN de cerca de um milhão e cem mil euros.

**PONTO 3 – Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) - (anterior ponto 2).**

Foram abertas as inscrições mas não houve inscritos, pelo que se passou à votação da proposta que foi aprovada opor unanimidade.

**PONTO 4 - Alteração à organização dos serviços municipais (anterior ponto 3).**

O senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta com a melhor gestão dos vários serviços que o município presta, destacando o futuro Pólo do Vinho do Museu do Douro, a Biblioteca e o complexo desportivo, entendendo que os serviços aí prestados devem ser tratados no próprio espaço e estrutura respetiva.

Abertas as inscrições começou por intervir o senhor Vítor Monteiro constatando que se passa de seis unidades para nove, o que apenas aumentará os custos mas a gestão não melhorará no seu entendimento.

O senhor Eduardo Frederico questionou-se também acerca da necessidade deste aumento de pessoal dirigente, não vendo vantagens nesta proposta da Câmara Municipal.

O senhor Joaquim Monteiro, na mesma senda, questionou a necessidade e vantagens desta proposta de aumento de pessoal dirigente.

O senhor António Balça, igualmente, diz não ver razões ou vantagens para este aumento, até atento o número de vereadores a tempo inteiro existentes atualmente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que a alteração não envolverá um aumento de custos, sendo apenas uma questão de melhor gestão das estruturas existentes.

O senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal colocou, depois, a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria dos presentes, com três votos contra dos senhores Vladimiro da Silva, Vítor Monteiro e Eduardo Frederico, e três abstenções dos senhores Silva Fernandes, Brites Aguiar e Joaquim Monteiro.



**PONTO 5 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2012**  
(anterior ponto 4).

Não havendo inscrições, o senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal verificou a ausência do senhor Adelino Lopes e portanto a existência de quórum pela presença de vinte e três membros da Assembleia na sala, tendo se seguida colocado a proposta à votação que foi aprovada por maioria, com três abstenções dos senhores Joaquim Monteiro, Vítor Monteiro e Eduardo Frederico.

**PONTO 6 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012** (anterior ponto 5).

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos senhores deputados municipais por ordem de inscrição, começando por intervir o senhor Vladimiro da Silva que elogiou o aumento do investimento na área cultural e recreativa, questionou o forte aumento na despesa para os Bombeiros Voluntários querendo saber a sua razão, fazendo, ainda, referência à enorme despesa com a água. Questionou, ainda, o adiamento da variante a S. João da Pesqueira. Referiu-se ao aumento das despesas correntes e, também, que prevê com este orçamento um aumento significativo das dívidas do município.

O senhor Joaquim Monteiro disse que este orçamento vem penalizar muito as freguesias que vêm diminuir drasticamente as suas transferências do município relativamente aos anos anteriores. Questionou, depois, a previsão da verba para o Núcleo Museológico do Vinho, a diminuta verba de quinhentos euros prevista para os centros de lazer nas freguesias, quis saber onde serão construídas as ETAR`s previstas, se existirá um novo posto de turismo, onde vão ser gastos trinta mil euros em espaços verdes e em que polidesportivos vão ser gastos dez mil euros. Congratula-se, porém, com as verbas previstas para os caminhos agrícolas.

A senhor António Balça mostrou o seu descontentamento pela diminuição das transferências do município para as freguesias, alertando para a falta de meios financeiros com que estas se deparam.

O senhor Vítor Monteiro questionou o executivo da razão para o facto de se terem reduzido as verbas para determinadas rubricas e se aumentarem para o desporto, recreio e lazer.

O senhor Eduardo Frederico considerou este plano um plano restritivo para o concelho e pouco ambicioso, o que lamenta.

O senhor António Bastos considerou que na elaboração do orçamento deveria ter-se ouvido os presidentes de junta, o que espera acontecer no futuro. Questionou também a razão da previsão de uma despesa de quatrocentos e cinquenta mil euros para uma associação de Bombeiros Voluntários.

Concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram colocadas, começou por dizer que a construção da variante não era prioritária e não traria melhoramentos ao concelho. Informou que existe um diferendo entre a ATMAD e os municípios, uma vez que os municípios pagam a água ao preço mais caro do país. A Câmara Municipal está a negociar novos contratos para a limpeza urbana na sede de concelho, sendo a limpeza nas freguesias diferente. Quanto ao endividamento esclareceu que o município terá de pagar durante dez anos dois milhões e setecentos mil euros, uma vez que o endividamento não pode exceder 62,5%, quando antes era de 125%. Comunicou que a Câmara Municipal decidiu pagar durante o ano de 2012 a dívida da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro, tendo como contrapartida a não atribuição de qualquer subsídio àquela associação até perfazer o montante da dívida. Considera, por isso, ser uma espécie de empréstimo, e entende que a Câmara não poderia deixar cair uma associação destas que tanto tem dado ao concelho. Já quanto à intervenção nas escolas desativadas diz que ela existirá quando aparecer a possibilidade de candidaturas a fundos europeus. Explicou, ainda, que terá de se manter a estrutura do desporto no concelho, razão pela qual foram aumentadas as verbas. Apreciou, finalmente, que não se deve adiar a construção do Núcleo Museológico do Vinho, sendo um projeto de relevantíssimo interesse para o concelho.

O senhor Joaquim Monteiro pediu novamente a palavra para dizer que não concorda com as explicações dadas às suas questões e respetiva fundamentação.

Posta à votação a proposta do Plano e Orçamento para 2012, foi aprovada por maioria, com três abstenções dos senhores Eduardo Frederico, Victor Monteiro e Joaquim Monteiro.

A fim de ser dada eficácia externa aos assuntos referidos nos pontos um e dois a seis, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou ao plenário a sua aprovação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente acta.

Lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Luís Mateus Pereira, Maria Conceição Gomes, Sandra Sequeira, Cátia Santana e Ana Maria Fonseca, por não terem estado presentes, e assinada pelos membros que compuseram a mesa.

